



**PADRÕES DE COMPETIÇÃO ELEITORAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA
BRASILEIRA**

Eje Temático:

Comportamiento Político e Electoral y Liderazgos

Autores:

Martha Maria Jares Alves (UFPA)

Carlos Augusto da Silva Souza (UFPA)

Trabajo preparado para su presentación en el X Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, la Asociación Mexicana de Ciencia Política y el Tecnológico de Monterrey, 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto 2019

PADRÕES DE COMPETIÇÃO ELEITORAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Martha Maria Jares Alves

Carlos Augusto da Silva Souza

Resumo

Este artigo apresenta como proposta de discussão o estudo da geografia eleitoral, tendo como *locus* de investigação a distribuição da votação dos deputados federais eleitos nos estados que compõem a Amazônia Brasileira na eleição de 2014. O estudo procura responder ao seguinte questionamento: Existe algum padrão geográfico que reflete a relação dos deputados com suas bases eleitorais? O artigo levanta como hipótese a premissa de que em razão da adoção do sistema proporcional, que coloca em disputa muitos competidores, a disputa territorial se processa num cenário de elevada concentração territorial do voto. Do ponto de vista metodológico o estudo utilizará como modelo de análise o índice de avaliação da concentração territorial do voto que procura medir, a partir da votação individual dos parlamentares nos municípios, se essa votação estava distribuída entre poucos ou muitos municípios.

Palavras-chave: Geografia eleitoral, competição política, Amazônia brasileira

1. Introdução

O Brasil é uma federação formada por 26 estados e um Distrito Federal. Apresenta uma enorme extensão territorial com uma área total de 8.514.876 km². O país está dividido em cinco regiões geográficas com características sociais, econômicas, demográficas, ecológicas e políticas bastante diversificadas. Os estados brasileiros possuem também características bastante diversificadas em termos de padrões de desenvolvimento socioeconômico, demográfico e político e, por esta razão, acredita-se que os padrões de competição eleitoral não são homogêneos e os deputados desenvolvem estratégias diferenciadas na sua relação com a população eleitoral e com os territórios, no caso os municípios.

Na esfera da representação legislativa, o sistema eleitoral brasileiro se estrutura no princípio da representação proporcional, que procura conferir aos partidos representação parlamentar equivalente à proporção de votos válidos obtidos em dada circunscrição eleitoral. O objetivo desse sistema é permitir que todas as forças presentes na sociedade tenham acesso ao poder na proporção de votos que os eleitores lhes atribuir.

Como o Brasil adota o sistema federativo, a composição do poder legislativo federal, segue como critério de distribuição das cadeiras, o princípio da representação proporcional, que procura conferir representação aos entes federativos de acordo com o tamanho da população de cada Estado. Neste sistema, segundo a Constituição Federal, o número de representantes por estado seria distribuído proporcionalmente ao número de habitantes de cada unidade federada. Entretanto, essa proporcionalidade é limitada a um mínimo de oito e um máximo de setenta deputados por estado, portanto, os estados com maior número de eleitores elegem as maiores bancadas, até o limite de setenta e os estados com menores populações elegem bancadas menores, mais não podem ser inferior a oito deputados.

Dada as condições específicas apresentadas por cada unidade eleitoral, variáveis como custos de campanha, número de municípios, tamanho da população, tamanho do território, distância e tempo para deslocamento, formação de comitês, proximidade entre municípios, infraestrutura de acesso e outros ganham relevância significativa que podem definir a opção dos candidatos por estratégias diferenciadas na relação entre voto e território.

É nesta direção que este artigo se apresenta. Nele, pretende-se avaliar o padrão de competição política estabelecida no Brasil a partir do estudo de caso dos Estados da Amazônia brasileira. A pesquisa se estruturou a partir da análise da votação de todos os candidatos que disputaram a eleição de 2014 nesta região para o cargo de deputado federal, procurando evidenciar se existe (ou não) algum padrão de votação que explique a relação dos deputados em relação aos territórios (no caso os municípios) que compõem a geografia política dos estados amazônicos.

2. A Região Amazônica no contexto Político-territorial brasileiro

A região Amazônica contempla mais da metade das florestas tropicais remanescentes e detém a maior bacia hidrográfica do mundo. Compreende a maior biodiversidade existente e por suas dimensões continentais, com mais de 7 milhões de quilômetros quadrados, tem influencia direta na regulação do clima em todo o planeta. Para efeito de planejamento a região Amazônica é subdividida em três dimensões: 1) Amazônia Internacional, 2) Amazônia Legal, e, 3) Região Norte.

A Amazônia Internacional extrapola os limites legais do Brasil e engloba nove países Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname. A maior proporção da Amazônia pertence ao Brasil, que detém 60% do seu território, seguido pelo Perú com 13%. Os países que compõem a região amazônica estabelecem acordos e políticas conjuntas de conservação e proteção da floresta e de sua biodiversidade.

No caso da Amazônia Legal, também conhecida como Amazônia Brasileira, esta região inclui todos os estados da região norte e parte dos estados do Mato Grosso (que pertence a região centro-oeste) e parte do Maranhão (que pertence a região nordeste).

A região Norte se estabelece como a maior região do País em dimensão territorial e nela se localiza grande parte da Amazônia Brasileira. Esta região contém mais de 45% do território brasileiro e compreende os estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins.

Internamente a área territorial do Brasil está dividida em cinco regiões geográficas com tamanhos, populações e padrões de desenvolvimento diferenciados: região norte, região nordeste, região centro-oeste, região sudeste e região sul, conforme mapa abaixo.

Mapa 1 – Divisão do Brasil por regiões



Apesar de deter a maior proporção territorial a região norte abriga apenas 8,4% da população total do país, possui apenas 8,0% dos municípios brasileiros, responde por apenas 5,1% do PIB nacional e elege 65 deputados dos 113 que compõe a Câmara dos Deputados.

Para efeito desta pesquisa, vamos tratar da relação entre eleição e território apenas dos deputados eleitos pelos estados que compõem a região norte do Brasil, no caso foram estudados os 65 deputados eleitos em 2014 nesta região.

Tabela 1 – Divisão Político-administrativa do Brasil por regiões. 2018

Regiões	Área %	População %	PIB %	Estados	Municípios	Deputados
Região Norte	45,2	8,4	5,1	7	449	65
Região Nordeste	18,2	27,8	13,3	9	1794	151
Região Centro-Oeste	18,9	7,4	9,1	3(*)	466(*)	41
Região Sudeste	10,6	42,1	55,7	4	1668	179
Região Sul	6,8	14,3	16,8	3	1188	77

Fonte: IBGE

Nota: (*) Não computado o Distrito federal

3. A Competição Eleitoral na Esfera Legislativa

O sistema eleitoral brasileiro para os cargos legislativos está estruturado de acordo com as determinações do sistema de representação proporcional, que procura conferir aos partidos representação parlamentar equivalente à proporção de votos válidos obtidos no estado a ser representado. O sistema proporcional apresenta como objetivo permitir que todas as forças presentes na sociedade tenham acesso ao poder na proporção de votos que a sociedade lhes atribuir. Por esta razão, o sistema proporcional produz intensa competição eleitoral entre partidos e candidatos.

Como resultado da adoção do sistema proporcional, associado ao sistema de lista aberta em distritos com elevada magnitude, as eleições brasileiras são marcadas pela presença de muitos candidatos e legislaturas multipartidárias, estabelecendo um dos sistemas mais competitivos do mundo. A elevada competição política no território levou a que alguns analistas associassem o sistema brasileiro a uma estrutura política que desconsidera os partidos e fortalece o caciquismo e a presença de candidatos individualistas e sem fidelidade partidária.

Segundo Souza (2006) o sistema proporcional adotado no Brasil não só produz intensa competição eleitoral no mesmo território, mas acaba por pulverizar os votos dos eleitores entre vários candidatos do mesmo partido. O voto personalizado faz com que os candidatos sejam compelidos a buscar todos os votos para si, desaparecendo, neste sentido, qualquer estímulo para uma ação mais solidária em favor do partido, o que resulta em estruturas partidárias desagregadas e lideranças não fiéis à identidade partidária.

Da mesma visão compartilha Silva (2013) ao informar que o sistema proporcional de lista aberta adotado no Brasil em distritos multimembros, caminhou para a interpretação de que a competição dar-se-ia entre os candidatos de uma mesma lista, o que enfraqueceria os partidos políticos e, ao mesmo tempo, incentivaria os candidatos a concentrarem seus esforços espacialmente (SILVA; 2013).

Do ponto de vista da relação eleição/território, este mecanismo de escolha tem sido alvo de intenso debate, dado ao fato de que a competição política para as Câmaras Legislativas em sua esfera Estadual e Federal segue como critério definidor da unidade eleitoral a divisão político-administrativa da federação brasileira, tendo nas fronteiras geográficas dos Estados a arena da disputa pelos votos. Como os Estados brasileiros possuem características sócio/econômica/culturais bastante variadas, as estratégias de competição política seguida pelos partidos e pelos candidatos tende a assumir padrões bastante diversificados territorialmente.

Carvalho (2003), por exemplo, afirma que a influência da geografia eleitoral sobre o comportamento dos parlamentares é determinado pelas instituições eleitorais e legislativas. Desta forma, para o autor, não obstante a existência das mesmas regras eleitorais, o mercado de votos se estrutura de forma diferenciada, dependendo de um conjunto de fatores presentes em cada unidade geográfica particular, que torna cada território uma arena política com formato competitivo próprio, diferentes uma das outras na forma e no conteúdo da representação. Por outro lado, de acordo com o autor, a conformação geográfica das bases municipais dos candidatos responde em grande medida por suas ações e decisões políticas na esfera parlamentar.

Outro autor importante nos estudos da geografia eleitoral brasileira é Barry Ames, que em um estudo publicado em 2003 identificou que os deputados são guiados por quatro tipos de comportamento que se estabelece a partir do cruzamento de quatro indicadores – concentração do voto, dispersão do voto, dominância do reduto eleitoral e compartilhamento do reduto eleitoral. A partir disso o autor desenvolve um esquema cruzando as variáveis concentração/dispersão com a dominância/compartilhamento do candidato sobre o município.

Conforme Ames (2003) a dominância ocorre quando determinado deputado consegue controlar seu reduto eleitoral, tendo uma votação territorial bem elevada em relação aos outros principais competidores no mesmo território. Por outro lado, em sentido inverso, o deputado ao invés de dominar pode compartilhar esse território com outros concorrentes. Já a concentração ocorre quando o deputado concentra grandes quantidades de votos em poucos municípios e a dispersão ocorre quando o deputado precisa distribuir sua votação em muitos municípios para se eleger.

De qualquer forma, a maioria dos estudos sobre geografia eleitoral realizados por pesquisadores brasileiros (Ames: 2003, Carvalho: 2003, Mairanwing: 2001) partem da suposição que no Brasil os parlamentares não têm bases sociais bem definidas. Por essa razão, competir por votos, também significa competir por espaço, o que confere elevado peso ao território na determinação da representação política.

A concentração eleitoral existente entre os deputados e os municípios levou Carvalho (2003) a reconhecer a existência de certo desvirtuamento na ideia de representação proporcional, presente nas regras que regulam a competição política no Brasil. Este desvirtuamento, segundo o autor, está relacionado ao fato de que os deputados deveriam representar não apenas determinados municípios, mas, todo o estado como membros de bancadas plurinominais. Se isso não acontece, o sistema acaba realmente fortalecendo o caciquismo e a emergência de interesses localistas, deixando sem representantes parcelas significativas do eleitorado e do território.

Entre os estudos sobre geografia do voto a grande dificuldade é encontrar parâmetros metodológicos para medir se o sistema proporcional encontra um ambiente favorável para se desenvolver em um sistema político com intensas clivagens sociais como o brasileiro e qual o impacto que este sistema provoca na conformação das bases eleitorais dos candidatos eleitos. Assim a preocupação deste estudo procurará responder ao seguinte problema de pesquisa: **Qual o padrão geográfico de votação dos deputados federais eleitos nos estados da região amazônica em 2014?**

Partimos da hipótese que os deputados desenvolvem estratégias de concentração territorial do voto, pois estratégias de dispersão do voto exige maiores investimentos, dispersa recursos e torna os retornos esperados mais incertos. Neste sentido, a hipóteses que norteou esta investigação parte da evidencia que, por mais que exista uma quantidade significativa de unidades municipais onde o parlamentar poderia buscar votos, na prática, porém, os parlamentares selecionam áreas territoriais estratégicas para fazerem campanhas, orientar recursos e garantir a fidelidade do eleitor municipal aos seus nomes de forma a neutralizar adversários e aumentar as chances de sucesso eleitoral.

4. Aspectos Metodológicos do Estudo

Para efeito da construção de evidências os dados foram coletados no *site* do Tribunal Superior Eleitoral - TSE referentes à votação individual, por município, de todos os Deputados Federais eleitos na região norte em 2014. A região norte do Brasil, para efeito desta pesquisa, será considerada a região amazônica, por mais que a Amazônia Legal insira partes dos estados do Maranhão e Mato Grosso que não pertencem a região norte na divisão político administrativa estabelecida pelo IBGE.

Para a avaliação do processo de concentração ou dispersão eleitoral procurou-se medir, a partir da votação individual dos parlamentares, se essa votação estava distribuída entre poucos ou muitos municípios. Na operacionalização dos dados foi utilizado um procedimento matemático, que procurou quantificar o padrão de votação dos deputados federais nos municípios que compõem a geografia política dos Estados brasileiros em relação a totalidade de municípios. Dentre os vários índices disponíveis, optou-se pelo índice *G*, desenvolvido na literatura política para avaliar os níveis de concentração e dispersão dos votos em dada eleição e em dado território. O índice *G* foi adaptado dos estudos econométricos desenvolvido inicialmente para avaliar o processo de concentração industrial nos Estados Unidos. Foi desenvolvido inicialmente por Glenn Ellison e Edward L. Glaeser e depois adaptado para os estudos que

procuravam medir determinados processos de concentração, entre os quais a concentração e dispersão do voto.

O índice G parte da seguinte formulação matemática:

$$g = \sum_{i=1}^M (s_i - x_i)^2$$

Onde S_i representa, proporcionalmente, a participação de um estado na produção total de determinada indústria e X_i significa a participação dessa indústria no total da produção nacional. Entretanto, considerando que os diversos estados onde tal indústria se apresenta instalada possuem dimensões distintas, os autores chegaram à seguinte normalização:

$$G = \frac{g}{1 - \sum_i x_i^2}$$

Na análise da geografia eleitoral o índice G foi adaptado do estudo de Silva, Biderman e Avelino Filho (2009) que procuravam entender os níveis de concentração e dispersão dos votos na eleição para a Câmara dos Deputados realizada em São Paulo em 2002. Vale ressaltar que esta adaptação do índice G é um índice bruto que, segundo os autores, “mede concentração espacial bruta”, sendo utilizado para conhecer “apenas se o candidato tem votação espacial concentrada”. Entretanto, o índice possibilita medir o número de votos do candidato em função do tamanho do eleitorado na medida em que considera proporcionalmente, município a município, em função do total de votos desse candidato em todo o distrito.

O índice adaptado parte da seguinte formulação:

$$G_d = \frac{\sum_d (P_{dm} - P_m)^2}{1 - \sum_d P_m^2}$$

Onde P_{dm} significa a proporção dos votos obtidos pelo candidato d no município m e P_m a proporção dos votos do município m no total do distrito eleitoral. Para nossa análise, classificamos os números obtidos pelo índice G para cada distrito eleitoral dos estados da região norte nas eleições de 2014 para deputado federal em quatro situações:

- 1) **DISPERSÃO ALTA DO VOTO:** G de 0,001 até 0,025
- 2) **DISPERSÃO MODERADA DO VOTO:** G de 0,026 até 0,050
- 3) **CONCENTRAÇÃO MODERADA DO VOTO:** G acima de 0,050 até 0,075
- 4) **CONCENTRAÇÃO ALTA DO VOTO:** G acima de 0,075 até 0,100

5. Padrões Geográficos de competição eleitoral Nas regiões Brasileiras

Do ponto de vista eleitoral segundo os dados da eleição de 2014, o padrão que melhor explicou a relação dos deputados com o território no Brasil foi o padrão de concentração dos votos que apareceu na pesquisa com 66,3% dos casos analisados.

O padrão concentrado foi dominante em todas as regiões do país, com algumas diferenças em sua intensidade. A região sudeste juntamente com a região norte foram as que apresentaram as maiores proporções de concentração territorial do voto, aparecendo na pesquisa com 74,9% e 73,8% respectivamente dos deputados eleitos por esta região com este padrão de votação.

Isto indica que por mais que os deputados possam buscar votos em todos os municípios componentes da geografia política dos estados, a estratégia preferencial consiste em selecionar poucos municípios para realização de sua campanha e ações de conquistas do eleitorado local. Conquistar votos em muitos municípios diminui a relação custo benefício e torna a tarefa eleitoral muito mais dispendiosa e com retornos incertos em termos das chances de vitória.

Tabela 02 – Padrões geográficos de competição eleitoral nas Regiões do Brasil, 2014

Padrão	Concentração do voto		Dispersão do voto		TOTAL	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Norte	48	73,8	17	26,2	65	100,0
Nordeste	87	57,6	64	42,4	151	100,0
Centro-Oeste	17	51,5	16	48,5	33	100,0
Sudeste	134	74,9	45	25,1	179	100,0
Sul	49	63,6	28	36,4	77	100,0
BRASIL	335	66,3	170	33,7	505	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

5.1. Padrões Geográficos de votação dos deputados da Região Norte

A região norte do Brasil é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Apresenta-se como a maior região do país, concentrando cerca de 45% do território brasileiro. Segundo o Censo de 2010 (IBGE) o Norte é a segunda região com menor população do país com cerca de 15.865.678 habitantes, representando cerca de 8,3% do total populacional, dos quais 73,5% residem em áreas urbanas. Apesar de ser uma das regiões menos povoadas, com uma densidade demográfica de 4,1 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE/2010), o crescimento demográfico desta região apresentou na última década (1990-2010) a maior média do país com cerca de 2,1% ao ano.

Tabela 03 – Região Norte segundo população, Municípios e Número de deputados. 2014.

Estado	População 2010	Nº de Municípios	Nº de eleitos
Acre	815.545	22	8
Amazonas	3.996.335	62	8
Amapá	781.713	16	8
Pará	8.261.031	144	17
Rondônia	1.786.220	52	8
Roraima	514.594	15	8
Tocantins	1.531.744	139	8
Região Norte	17.687.182	450	65

Fonte: IBGE/2010

Em relação aos padrões geográficos de competição política os dados demonstram que o padrão de concentração do voto predomina em quase todos os estados desta região, com poucas variações.

Entre os estados, entretanto, o Amazonas se constitui como aquele em que se verificou os mais altos percentuais de concentração territorial do voto com 87,5% dos casos analisados e o Pará junto os mais altos percentuais de dispersão do voto. A explicação para a elevada concentração verificada no estado do Amazonas pode ser derivada da elevada concentração populacional na capital do Estado, que responde por cerca de 52% da população total do estado do Amazonas.

Tabela 04 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Norte 2014.

Padrão Estados	Concentração		Dispersão		TOTAL	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Acre	6	75,0	2	25,0	8	100,0
Amazonas	7	87,5	1	12,5	8	100,0
Amapá	6	75,0	2	25,0	8	100,0
Pará	11	64,7	6	35,3	17	100,0
Rondônia	6	75,0	2	25,0	8	100,0
Roraima	6	75,0	2	25,0	8	100,0
Tocantins	6	75,0	2	25,0	8	100,0
NORTE		73,8	17	26,2	65	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Entre os competidores que apresentaram situação de concentração do voto vamos verificar que em quase todos os estados do norte do Brasil a maior proporção estava nos casos com intensa concentração territorial do voto, com exceção dos estados de Rondônia e Tocantins em que houve empate entre os dois padrões de concentração considerados.

A concentração elevada, entretanto, teve o estado do Amazonas como sendo a unidade territorial onde os deputados mais concentram votos, pois os deputados com este padrão responderam por 71,4% de todos os casos analisados.

Tabela 05 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Norte 2014.

Padrão Estados	Concentração Alta		Concentração Média		TOTAL	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Acre	4	66,7	2	33,3	6	100,0
Amazonas	5	71,4	2	28,6	7	100,0
Amapá	4	66,7	2	33,3	6	100,0
Pará	6	54,5	5	45,4	11	100,0
Rondônia	3	50,0	3	50,0	6	100,0
Roraima	4	66,7	2	33,3	6	100,0
Tocantins	3	50,0	3	50,0	6	100,0
NORTE	29	60,4	19	39,6	48	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Entre os candidatos que disputaram votos em inúmeras circunscrições eleitorais, a situação de dispersão moderada se apresenta como a mais comum, sendo que entre os seis estados da amostra, em quatro deles nenhum deputado teve uma dispersão alta de votos. Isto demonstra que mesmo nos casos em que houve dispersão de votos. Esta situação não foi tão elevada a ponto de indicar que os deputados eleitos na região norte efetivamente representam o estado como um todo e não apenas fragmentos territoriais específicos.

Entre os estados com melhores indicadores de concentração elevada do voto destacam-se os estados do Pará, Rondônia e Tocantins, sendo que os estados do Acre, Amazonas, Amapá e Roraima não tiveram nenhum deputado na condição de concentração elevada do voto.

Tabela 06 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Norte 2014.

Padrão Estados	Dispersão Alta		Dispersão Média		TOTAL	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Acre	0	0,0	2	100,0	2	100,0
Amazonas	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Amapá	0	0,0	2	100,0	2	100,0
Pará	2	33,3	4	66,7	6	100,0
Rondônia	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Roraima	0	0,0	2	100,0	2	100,0
Tocantins	1	50,0	1	50,0	2	100,0
NORTE	3	17,6	14	82,3	17	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

A explicação mais provável para a existência de um padrão territorial concentrado nas eleições legislativas está no fato de que a concentração do voto em áreas territoriais específicas permite ganhos diversos ao parlamentar tais como:

a) menor grau de desperdício no capital investido na campanha – uma campanha muito dispersa territorialmente gera diversos custos adicionais que poderiam ser evitados se a campanha fosse concentrada. Custos com deslocamento, hospedagem, alimentação, pessoal de apoio, propaganda se elevam quando a campanha é dispersa no território;

b) menor grau de incerteza no retorno do investimento – uma campanha dispersa diminui as perspectivas de retorno do capital investido, uma vez que o candidato por não ter condições de estar presente constantemente em todas as localidades, através de um trabalho permanente que lhe permita criar um vínculo com o município e maior satisfação nos eleitores, não têm nenhuma garantia de que o investimento realizado realmente se transforme em votos. Geralmente quando o candidato concentra esforços e trabalha em áreas específicas do espaço, há ganhos no aumento do grau de confiabilidade nos eleitores dessa área, cria-se uma identidade com os interesses dessa localidade, diminuindo o grau de incerteza frente as suas possibilidades de voto. Podemos dizer que quanto maior é o número de circunscrições que o candidato pretende atingir tanto maior é o grau de incerteza no retorno do investimento. Não estamos dizendo com isso que o candidato não deva realizar esforços para conquistar novos redutos eleitorais, entretanto, é preciso avaliar bem as chances de conquista-lo para não desperdiçar custos em territórios que oferecem reduzidas chances de retorno

c) maximização do tempo – uma campanha dispersa territorialmente demanda mais tempo com deslocamento e maior desgaste com reuniões, comícios e articulações políticas, além de não permitir ao candidato estar presente um número maior de vezes em cada área para participar de acontecimentos importantes na vida da localidade. Uma campanha concentrada por sua vez permite maior maximização do tempo e presença mais permanente do candidato na vida da localidade;

d) elaboração de estratégias políticas – é muito difícil encontrar localidades com os mesmos interesses e a mesma demanda por políticas públicas. Podemos dizer que a prioridade para os eleitores da localidade X é energia, já na localidade Y é estrada e na localidade Z saúde é mais importante. Nesta situação o candidato necessitaria realizar estudos e pesquisas em todas as localidades para elaborar seu discurso e sua estratégia de campanha. Isto demandaria custos adicionais de informação, tempo, capital e pessoal, que poderiam ser reduzidos se a campanha fosse concentrada territorialmente;

e) maior rapidez na circulação de informações – quanto mais concentrado é o espaço de atuação do parlamentar maiores são as chances da informação circular com rapidez e confiabilidade. Num espaço territorial extremamente grande e com muitas precariedades de

infraestrutura de comunicação e transporte como é verificado nos estados da região norte, a escassez de informação e a incerteza em relação a sua confiabilidade são fatores que favorecem a opção dos candidatos por uma campanha concentrada. É mais fácil para o parlamentar fazer circular e receber informações em áreas específicas do que em áreas dispersas.

f) define melhor os opositores – a materialização da disputa pelos votos têm nas micro unidades territoriais (bairros, vilas, distritos e municípios) a principal unidade de referência para a campanha. Por outro lado, inúmeros candidatos se lançam na disputa com chances de votação em locais específicos dessas micro unidades. Nesta situação, quanto mais dispersa é a atuação do candidato maior a quantidade de opositores que o candidato irá se defrontar e a possibilidade de desconhecer seus opositores também é maior. Por esta razão, a votação concentrada territorialmente é mais favorável, uma vez que reduzindo-se o espaço de disputa, maior as chances de conhecer os opositores e maior será as condições de elaborar estratégias de ataque e neutralização de discurso importante numa campanha política;

g) permite melhor atuação do parlamentar na realização das demandas do eleitorado – Os estudos sobre o comportamento do eleitor têm demonstrado que o indivíduo racional vota procurando maximizar benefícios e minimizar custos, portanto, escolhe os candidatos com maior possibilidades de atender seus interesses, sejam eles individuais ou coletivos. Nesta situação é mais fácil para o candidato trabalhar e conseguir recursos para atender os diferentes interesses de seu eleitorado se tiver uma base política concentrada territorialmente. Podemos dizer que quanto mais disperso é o espaço de atuação do político, mais pulverizado se torna a alocação de recursos escassos e menor e a possibilidade do parlamentar atender as demandas de seu eleitorado e quanto mais concentrado é o espaço de atuação do político a situação é exatamente inversa.

Por estas razões, os candidatos desenvolvem esforços na conquista de espaços eleitorais específicos e concentram sua atuação na manutenção desse eleitorado.

6. Considerações Finais

Este artigo apresentou como proposta de investigação a análise dos padrões de competição eleitoral desenvolvido nos estados da região norte do Brasil tendo por base empírica a votação dos deputados federais eleitos em 2014. Procurou-se verificar se existia algum padrão de competição política que explicasse a relação que se estabelece entre os deputados e os municípios.

Assim a pesquisa teve como ponto de partida o seguinte questionamento: existe algum padrão de votação dos deputados em relação aos municípios que compõem a geografia política dos estados da região norte do Brasil.

Procurando responder este questionamento partimos da hipótese que os deputados desenvolvem estratégias de concentração territorial do voto. Isto indica que por mais que exista uma quantidade significativa de unidades municipais onde o parlamentar poderia buscar votos, na prática, porém, os parlamentares selecionam áreas territoriais estratégicas para fazerem campanhas, orientar recursos e garantir a fidelidade do eleitor municipal aos nomes de determinados candidatos.

O modelo de análise foi construído procurando medir, a partir da votação individual dos parlamentares, se essa votação estava distribuída entre poucos ou muitos municípios. Dentre os vários índices disponíveis, optou-se pelo índice *G*, desenvolvido na literatura política para avaliar os níveis de concentração e dispersão dos votos em dada eleição e em dado território.

Na determinação dos resultados a hipótese foi confirmada, pois observou-se que existe efetivamente um padrão de competição que orienta as ações dos deputados na busca por votos. Na região norte do Brasil o padrão de concentração dos votos foi o mais efetivo, pois explicou a grande maioria dos casos analisados na eleição de 2014 para os deputados eleitos nos estados desta região.

Da mesma forma, o padrão de concentração do voto foi dominante em quase todos os estados com raras exceções. Dos sete estados considerados, apenas nos estados de Rondônia e Tocantins o padrão de concentração elevada do voto não foi majoritário na explicação da relação dos deputados com os municípios.

7. Referências Bibliográficas

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BORGES, Arleth Santos. **Conexão eleitoral e atuação parlamentar: representantes e bases eleitorais no Maranhão**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 367-384, jul/dez. 2009.

CÂMARA, Cristiano Michel Oliveira. **Padrões Geográficos De Competição Eleitoral No Brasil Em Eleições Legislativas Federais – 2006/2010**. Belém: Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2011 (Dissertação de Mestrado).

CERVI, Emerson U. Voto, dinheiro e diferenças regionais nas eleições brasileiras: recursos financeiros e políticos para candidatos a deputado federal em 2010. **8º Encontro da ABCP**. Gramado-RS, 2012.

DE DEUS, Cléber. **Concentração e dispersão eleitoral em eleições parlamentares: um estudo das estratégias eleitorais no Estado do Piauí nos pleitos de 1994 e 1998**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NEVES, Adriano Craveiro. **Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para deputado federal no Piauí**. Teresina, UFPI, 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NICOLAU, Jairo M. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. In: **NICOLAU, Jairo e POWER, Timothy (orgs.). Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

NICOLAU, Jairo César M. **Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SAUGO, Josiana Fátima. **Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994-2006**. Porto Alegre, UFRGS, 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Glauco P. da; BIDERMAN, Ciro e AVELINO FILHO, George. **Concentração Eleitoral nas Eleições Paulistas: Medidas e Aplicações**. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 2, 2011, pp. 319 a 347.

SILVA, Glauco Peres da. **Uma avaliação empírica da competição eleitoral para a Câmara Federal no Brasil**. *Revista Opinião Pública*. Campinas: vol. 19, no 2, novembro de 2013, p. 403-429

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. **Geografia eleitoral e padrões de competição política no estado do Pará**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006. Tese (Doutorado).